

Política de Ensino Profissionalizante do Governo do Estado do Ceará (2008-2013)

Compreendendo o Projeto

Carolina Silva Castelo Branco

Mestre em Planejamento em Políticas Públicas - UECE

Antônio Germano Magalhães Junior

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará - UFC

Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UECE

Resumo

As Escolas de Educação Profissional ofertadas no Estado do Ceará são resultantes do Programa Brasil Profissionalizado, o qual incentiva a oferta desta modalidade de ensino, através de ajuda financeira. As escolas profissionais cearenses começaram a ser inauguradas em 2008 e em 2013 já somavam 97 escolas, elas visam qualificar os jovens profissionalmente em um curso técnico, além de promover seu desenvolvimento pessoal. Estas escolas utilizam como base de gestão filosófica os ensinamentos da Tecnologia Empresarial Sócio-Empresarial-TESE, a qual busca estimular a construção do futuro a partir das ações, tendo como foco do processo os alunos e nas experiências dos Centros de Ensino Experimental –PROCENTRO, o qual visa sentir e cuidar a juventude, formando-os para o mercado de trabalho e também para a vida. O tema desta pesquisa trata da análise do Programa de Educação Profissional das escolas profissionais do Estado do Ceará, observando o modelo de oferta do ensino profissionalizante no estado entre 2008 a 2013. Este artigo possui como objetivo geral apresentar o projeto implantado no Ceará, resultante do Programa Brasil Profissionalizado. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica. A pesquisa demonstrou que os requisitos do projeto da Escola e do Programa Brasil Profissionalizado, possuem como principais finalidades: capacitar jovens para o mercado de trabalho e para vida, além melhorar os índices de desempenho da educação.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Escola de Estadual de Educação Profissional; Programa Brasil Profissionalizado; Tecnologia Empresarial SócioEmpresarial; Centro de Ensino Experimental.

Abstract

The Schools of Professional Education available in Ceará, a northeast Brazilian State, were created as a result of the Brazilian Programme of Professionals. This Programme has the aim of offering specific training as well

as financial help. These professional schools from Ceara were primarily founded in 2008. In 2013, they sprung up to the great amount of 97 units. Their main interest is to qualify young people technically for working and to contribute for the youngsters personal development. The Schools follow a philosophic background and the knowledge of the Social Enterprise Technology – TESE (Tecnologia Sócio Empresarial). TESE has the vocation of building the future through actions focusing on student’s experiences of Experimental Education Center -PROCENTRO- Centros de Ensino Experimental. PROCENTRO has the mission of looking after the youth aiming to preparing them for the working market and for the challenges of life. The theme of this research is the analysis the Educational Professional Programme in Professional Schools of Ceara. We will be discussing the model of the professional educational system as well as its implantation in the period between 2008 and 2013. The project Professional Scholl in Ceará is our general goal. Our research was a bibliographical study. The school can deal with the task of qualifying the youngsters for a position in the working market, giving them support to step up to the next level and improve their performance in the educational field.

Keywords: Public Policies. State School of Professional Education. Brazil Professional Program. Socio-Enterprise Business Technology. Center for Experimental Teaching.

Introdução

O deste artigo trata da análise do Programa de Educação Profissional das escolas profissionais do Estado do Ceará, como forma de observar o modelo de oferta do ensino profissionalizante no estado, o qual foi pioneiro, resultante do Programa Brasil Profissionalizado lançado em 2007. Para tal serão estudadas as bases filosóficas de gestão das escolas profissionais, bem como o Projeto das Escolas Profissionais, relacionando com o Programa Brasil Profissionalizado.

Este trabalho possui como objetivo geral compreender o processo de implantação do Programa Brasil Profissionalizante no Estado do Ceará, através da oferta de escolas estaduais de educação profissional. Como objetivos específicos busca compreender o que são as políticas públicas; descrever o Programa Brasil Profissionalizado; conhecer a filosofia de gestão das Escolas Profissionais do Estado do Ceará.

O acesso à educação é um direito garantido por lei, para todos os cidadãos brasileiros, estando essa regulamentada pelas leis número 4.024/61, a qual corresponde a leis de diretrizes básicas da educação nacional; número 5.540/68, que corresponde à lei da reforma universitária; número 5692/71, a qual estabelece as diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo grau; sendo garantido assim a educação em todos os graus de ensino. Tendo ainda a lei 9334/96, a qual instituiu a vinculação educação escolar ao mundo do trabalho.

A geração de emprego no Brasil é um assunto complexo, pois ela não atende a toda a demanda populacional, muitas vezes não há vagas de emprego ou as vagas ofertadas são em locais onde não há candidatos aptos as mesmas, o que gera um índice de desemprego elevado, o qual há muitos anos tenta-se minimizar através de políticas públicas de incentivo.

Historicamente o país investiu na formação de profissionais técnicos, com formação horizontalizada onde estes eram especialistas em uma área específica, desta forma o país pode profissionais para as crescentes demandas vigentes de mão de obra para a época, porém essas ofertas restringiam-se a cargos fabris ou operacionais.

Porém, ainda no cenário atual diversas áreas precisam de mão de obra especializada, qualificada e capacitada de maneira urgente, bem como inúmeros jovens necessitam de qualificação. Portanto, o Governo Federal lançou o Programa Brasil Profissionalizado, em 2007, o qual visa fornecer a qualificação técnica aos jovens, diante desta identificação da relevância da educação e da constatação que através da mesma podem-se desenvolver as pessoas em raciocínio, habilidades, conhecimentos, competências, entre outras características.

O sistema educação profissionalizante é utilizado no mundo todo em países como Estados Unidos, França, Canadá, Alemanha, Japão, Uruguai. Demonstrando como esta política de educação é reconhecida como uma ferramenta de oferta de educação aos jovens, destinado àqueles que buscam uma qualificação rápida, reconhecida, acessível e que possa inserir os jovens no mercado de trabalho formal.

O Estado do Ceará, no governo do Cid Gomes, desenvolveu uma política pública de educação, as escolas estaduais profissionais, visando proporcionar aos jovens a qualificação profissional em um curso técnico ainda no ensino médio, pois dessa forma o estado disporia de mão de obra qualificada nas áreas em que cada localidade necessita, sendo esta política resultante do incentivo do Programa Federal. Portanto, esta política tende a dar qualificação aos jovens e inseri-los no mercado formal de trabalho, proporcionado a minimização da desigualdade social e a inserção no mercado formal de trabalho bem como suprir a falta de mão de obra especializada.

As escolas profissionalizantes apresentam-se como um diferencial para a educação pública e tem como objetivo proporcionar oportunidades para os alunos, para os empresários, bem como para o estado, pois traz a possibilidade de melhoria social a seus jovens e suas famílias, melhoria econômica para o estado e distribuição de renda, o que de fato contemplaria metas de políticas públicas sociais e econômicas.

Para tal criação houve uma pesquisa informal no Estado do Ceará buscando identificar quais eram a carência de mão de obra em cada localidade, para que assim houvesse uma maior eficiência e eficácia dos cursos oferecidos, pois ao mesmo tempo que há formação técnica ao aluno há também a possibilidade de mão de obra qualificada na região, tentando garantir o ingresso do aluno no mercado de trabalho formal logo após a conclusão de seu curso, a geração de oportunidades através da distribuição de emprego e renda, a inclusão e a minimização das desigualdades sociais.

Segundo o site da secretária de educação (Seduc) o Ceará, em 2013, já possuía noventa e sete escolas profissionalizantes em funcionamento, ofertando quarenta e três cursos técnicos, em diversas áreas do conhecimento.

A escolha deste tema deu-se por se acreditar que a política de educação do governo do Ceará, resultante do programa Brasil Profissionalizado, em oferecer cursos técnicos para os jovens que estudam nas escolas públicas, traz mais oportunidades para seu futuro. Portanto, deu-se pela importância de estudar o programa de oferta de qualificação para os jovens e de desenvolvimento para o mundo do trabalho..

Este projeto é relevante para que se conheça mais sobre essa política de educação, para que se observe se realmente este programa caracteriza-se como uma política pública de educação e se consegue atingir o objetivo de minimizar o espaço existente entre os jovens e o mercado de trabalho, através da oferta de qualificação.

Acreditou-se, como hipótese desta pesquisa, que o programa de educação estadual profissional atua como uma relevante política pública de educação para a qualificação de alunos da escola estadual, qualificando-os para o mercado de trabalho e melhorando a qualidade da oferta de ensino.

Diante disto, lançaram-se como perguntas: O Programa de Educação Estadual Profissional atende a uma demanda significativa de alunos no Estado? O Programa Brasil Profissionaliza-

do qualifica jovens? Há demanda para a mão de obra dos cursos técnicos oferecido nas escolas profissionalizantes de Fortaleza? O curso técnico pode modificar a realidade de seus estudantes? Como foi feito o processo de implantação das escolas profissionais? O Programa Brasil Profissionalizado está sendo seguido pelo Estado do Ceará?

O presente trabalho foi desenvolvido com abordagem qualitativa através de pesquisa bibliográfica, a partir de leitura em livros, periódicos, dissertações e teses relacionadas ao tema, bem como através de acesso a sítios eletrônicos e de pesquisa exploratória, onde foram coletadas imagens e informações obtidas através do estudo do Programa do Brasil Profissionalizado, instituído pelo decreto número 6.302, de 12 de dezembro de 2007, do livro de Marcos Magalhães, o qual instituiu a experiência dos Centros de Ensino Experimental; das Técnicas de Gestão Sócio Empresarial da ODEBRECHT S.A., bem como em livros e artigos científicos de administração com foco em gestão participativa, políticas públicas e educação.

1. Políticas Públicas

A política deve ser representada pela busca do bem comum. A palavra política é de origem grega e na Grécia Antiga podia representar tanto a cidade como seu povo, onde políticos era o nome que também podia ser utilizado para se chamar cidadão ou habitante, os quais se encontram nas Pólis, que eram praças públicas, para debater e refletir sobre as questões que incidiam na população e buscar diretrizes de conduta e ações para as situações do cotidiano, a partir dessas discussões também se estabeleceu a Ética para esta sociedade.

Os cidadãos preocupavam-se com o futuro de sua cidade e de seus semelhantes, portanto viviam em função da melhora da mesma, procurando sempre o bem comum.

As Políticas Públicas são ações realizadas pelo poder público ou delegadas ao poder privado em forma de parceria ou através de incentivos, a fim de atender a necessidades coletivas, visando assim, supri-las ou minimizá-las.

A política pública é definida como uma linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em leis. É mediante as políticas públicas que são distribuídos ou redistribuídos bens e serviços sociais, em respostas as demandas da sociedade. Por isso, os direitos que a fundamenta é o direito coletivo e não o individual. (PEREIRA, 2000, p.59, apud CARVALHO, 2002, p.12)

As políticas públicas foram criadas como respostas, através de ações do Estado para atender a demandas existentes, realizadas através de compromissos públicos, normalmente a

longo prazo, sendo desenvolvidas em todos os âmbitos da sociedade, tais como na economia, na área ambiental, na ciência, na tecnologia, na educação, na saúde, na segurança, na cultura, bem como em aspectos ligados diretamente as questões sociais.

Tratar de Políticas Públicas é tratar de uma parcela importante da ação de toda coletividade para o enfrentamento de problemas comuns. Aquela parcela das ações e decisões que a sociedade atribui ao governo ou às autoridades públicas, seja isoladamente, ou seja em cooperação com outros grupos ou indivíduos. (BITTENCOURT, 2010, p.09)

Portanto, elas surgem a partir da necessidade emergente de uma correção de uma situação que gere o bem comum seja em qualquer um dos âmbitos da sociedade.

Segundo Carvalho (2002, p.11) “pode-se entender a política social como estratégia de intervenção e regulação do Estado quando se diz respeito à questão social.”

Políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. (HOFLING, 2001, p.31)

No aspecto social, as políticas públicas tendem a promover a distribuição de renda, acesso a necessidades básicas (alimentação, moradia, saúde e lazer), geração de emprego, medidas para minimizar as taxas de analfabetismo e de mortalidade, inclusão social e conseqüentemente, minimização da desigualdade social.

Os sistemas de proteção social, decorrentes de um princípio de justiça, compõem um conjunto de políticas públicas de natureza social. Suas principais funções são: prover proteção para todos os membros da comunidade nacional; realizar objetivos não necessariamente econômicos e diretamente econômicos, como programas de renda mínima, e promover políticas redistributivas (Carvalho & Goulart, 1998.apud Rocalli, 2003.)

As políticas públicas de educação visam incentivar jovens e adultos, através de incentivos pela oferta da educação.

As leis que regularizam a educação no Brasil são as leis: número 4.024/61, a qual corresponde a leis de diretrizes básicas da educação nacional- LDB; número 5.540/68, que corresponde a lei da reforma universitária; número 5692/71, a qual estabelece as diretrizes e bases para o ensino de primeiro e segundo grau e a lei 9394/96, a qual estabelece entre outros fatores a vinculação da educação escolar ao mundo do trabalho.

Essas leis garantem a educação em todos os graus de ensino e estabelecem obrigações dos governos com seus usuários.

Segundo a lei número 4.024/61 (1961, capítulo I) “a educação tem como um de seus fins o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio.” Portanto, através dessa afirmação podemos perceber que o acesso e direito a educação é considerado como uma forma de seus usuários conseguirem obter oportunidades e sair das dificuldades que possam vir a passar no meio onde vivem e nas circunstâncias onde estão.

O termo Educação Profissional foi introduzido na LDB através da lei número 9394/96, capítulo II, artigo 39, “a educação profissional, integrada as diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.”

No Brasil muitos são as políticas públicas de educação, tais como os desenvolvidos no governo do ex-presidente Lula, o Programa de Universidade para todos (PROUNI), que é um programa de acesso ao ensino superior, onde os jovens que concluíram todo o ensino médio no ensino público podem disputar vagas limitadas oferecidas com bolsas de estudos, as quais podem ser integrais ou parciais, pelas universidades privadas, visando o acesso à educação superior e proporcionar uma redução na desigualdade social através da educação; há também o Financiamento Estudantil - FIES, o qual corresponde a um financiamento do ensino superior, onde o aluno pagará seu curso somente após dois anos do término do mesmo e o Programa Brasil Profissionalizado.

O Programa Brasil Profissionalizado surge como uma Política Pública Social e Educacional, visando através da educação, ofertar capacitação, qualificação, desenvolvimento pessoal e profissional, bem como resgatar o jovem e adulto para a escola, para que através desta qualificação eles consigam inserir-se no mercado de trabalho formal, ocupando vagas de trabalho melhores do que sem a qualificação e assim, podendo melhorar sua condição de vida e traçar um futuro diferente.

Portanto, como as políticas públicas atendem as necessidades da população, através de ações do Estado ou por parceria, faz-se necessário estudá-las para compreender melhor sua amplitude e atuação.

1.1. Programa Brasil Profissionalizado

A educação profissional refere-se a uma educação especializada, técnica, específica a uma área ou setor de atuação.

Diante da necessidade do país em capacitar e qualificar mão de obra, bem como oferecer aos jovens e adultos uma formação adequada profissional o governo federal lançou o Programa Brasil Profissionalizado, projeto instituído pelo Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007. Segundo o MEC “a finalidade do programa Brasil Profissionalizado, visa fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica.”

O Programa Brasil Profissionalizado visa estimular o ensino médio integrado à educação profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional, considerando a realidade concreta no contexto dos arranjos produtivos e das vocações sociais, culturais e econômicas locais e regionais, por meio da prestação de assistência financeira para construção, ampliação, modernização e adequação de espaço físico; construção de laboratórios de física, química, biologia, matemática, informática e os recomendados no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos da SETEC; aquisição de acervo bibliográfico; material de consumo e formação de docentes, gestores e pessoal técnico-administrativo. (MOURA, 2007, p.03)

O decreto estabelece conforme o art. 1º “fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, o Programa Brasil Profissionalizado, com vistas a estimular o ensino médio integrado à educação profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais.”

São objetivos do Programa Brasil Profissionalizado:

- I - expandir o atendimento e melhorar a qualidade da educação brasileira;
- II - desenvolver e reestruturar o ensino médio, de forma a combinar formação geral, científica e cultural com a formação profissional dos educandos;
- III - propiciar a articulação entre a escola e os arranjos produtivos locais e regionais;
- IV - fomentar a expansão da oferta de matrículas no ensino médio integrado à educação profissional, pela rede pública de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive na modalidade a distância;
- V - contribuir para a construção de novo modelo para o ensino médio fundado na articulação entre formação geral e educação profissional;
- VI - incentivar o retorno de jovens e adultos ao sistema escolar e proporcionar a elevação da escolaridade, a construção de novos itinerários

Desta forma, busca-se melhorar a oferta de ensino, bem como fomentar a qualificação técnica, desenvolvendo as habilidades e competências, bem como tentando inserir o alunado no mercado de trabalho formal.

1.2. Educação Profissional no Estado do Ceará

O estado do Ceará, no governo do Cid Gomes, foi implantado no ensino estadual as chamadas Escolas Profissionalizantes, no ano de 2008, onde o aluno tem acesso à educação regular, correspondente ao ensino médio, e a educação profissionalizante em nível técnico.

A crescente oferta do ensino estadual profissional no estado faz parte do programa federal Brasil Profissionalizado, projeto instituído pelo Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007.

Diante deste programa o governo do Estado do Ceará lançou seu projeto das Escolas Profissionalizantes. No projeto encontram-se além da oferta do ensino profissionalizante, a melhoria nas taxas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB, preparar o aluno para o mundo do trabalho, promover a inter-relação dos conhecimentos gerais com os específicos, elaborar e ajustar o plano de cargos e carreiras para os profissionais da educação, estimular a participação ativa dos conselhos escolares, interagir com a sociedade, realizar rotineiramente a formação inicial e continuada dos professores, técnicos administrativos e gestores. Ter como práticas pedagógicas programas de iniciação científica, apoio ao estágio e ações voltadas ao empreendedorismo e cooperativismo.

Quanto à infraestrutura o programa recomenda a construção de novas unidades escolares; reforma, ampliação e adequação de unidades escolares; construção de laboratórios científicos e tecnológicos; aquisição de acervo bibliográfico (didático e específico); equipamentos e materiais diversos.

Ainda segundo o MEC “cabe ao Estado monitorar o programa no seu território, realizar concursos públicos, abrir aos conselhos populares a participação do setor produtivo e de trabalhadores, controlar a evasão escolar, entre outras.”

Para tal criação houve uma pesquisa informal no Estado do Ceará buscando identificar quais eram a carência de mão de obra em cada localidade, para que assim houvesse uma maior eficiência e eficácia dos cursos oferecidos, pois ao mesmo tempo que ele dá formação técnica ao aluno ele também dá possibilidade de mão de obra qualificada na região, tentando garantir o ingresso do aluno no mercado de trabalho formal logo após a conclusão de seu curso, a geração de oportunidades através da distribuição de emprego e renda, a inclusão e a minimização das desigualdades sociais.

Segundo o site da secretária de educação (Seduc) o Ceará já possui noventa e sete escolas profissionalizantes em funcionamento, e oferta quarenta e três cursos técnicos, sendo estes em: administração, agricultura, agrimensura, agroindústria, agronegócio, agropecuária, aquicultura, carpintaria, cerâmica, comércio, contabilidade, desenho de construção civil, design gráfico, edificações, eletromecânica, eletrotécnica, enfermagem, estética, eventos, finanças, fruticultura, guia de turismo, hospedagem, informática, logística, manutenção automotiva, massoterapia, mecânica, meio ambiente, mineração, modelagem de vestuário, nutrição e dietética, paisagismo, petróleo e gás, produção de moda, química, redes de computadores, regência, secretariado, se-

cretaria escolar, segurança do trabalho, tecelagem e vestuário.

A educação profissionalizante é destinada a preparação para o mercado de trabalho. Portanto, podemos observar que muitas são as áreas as que os cursos técnicos oferecidos pelo governo do Estado do Ceará, tentam atender, gerando assim, um exército profissional para a demanda de mão de obra qualificada.

A escola estadual profissional no estado do Ceará foi pioneira no modelo apresentado e implantado, pois a mesma uniu modelos de escolas vigentes para então ser constituída, pois antes da mesma, não havia no Brasil, nenhuma escola estadual integral que ofertasse o ensino técnico juntamente ao ensino médio. As escolas estaduais cearenses basearam-se nas escolas de período integral do Estado de Pernambuco e a escolas técnicas federais e canadenses visitadas.

Para a constituição e implementação das escolas profissionais no Estado do Ceará utilizou-se como base para a filosofia de gestão a Tecnologia Empresarial Sócio-Empresarial – TESE e o Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental- PROCENTRO de Pernambuco a qual implanta também orientações de técnicas utilizadas pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação- ICE, todos esses três modelos citados usam modelos de gestão voltados ao desenvolvimento do aluno pessoal e profissional, através de disciplinas dentro desenvolvimento do aluno pessoal e profissional, através de disciplinas dentro do currículo que visam a discussão e aprimoramento de percepções e desenvolvimento de habilidades e visão sobre o mundo por parte do aluno. Fatos os quais atendem as diretrizes do programa que visa além da qualificação técnica do aluno, o desenvolvimento para o mundo do trabalho e do protagonismo.

Segundo a SEDUC como premissas para o programa espera-se o protagonismo juvenil, a formação continuada, a atitude empresarial, a corresponsabilidade e a replicabilidade.

Para a implantação do programa o governo fechou parcerias com o a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social, com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com a Escola de Saúde Pública do Ceará, com o Instituto Centro de Ensino Tecnológico, com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação e com o Instituto Federal do Ceará. Todos esses parceiros visam facilitar e auxiliar o processo de aprendizagem dos jovens envolvidos no processo.

Segundo a SEDUC a missão das escolas profissionais do Estado é de integrar a formação escolar de nível médio com uma habilitação profissional técnica e uma vivência de cidadania e de protagonismo juvenil.

O projeto pedagógico das escolas visa à junção da formação geral, científica e cultural com a formação profissional e cidadã dos alunos.

As primeiras turmas começaram a concluir o curso técnico em 2011. Porém, mesmo sem dados, podemos evidenciar que proporcionar a educação integrada faz diferença na qualificação dos jovens da rede pública, pois muitas vezes, assim que eles terminam o ensino médio, logo em seguida vão à procura de emprego e, geralmente ingressam tardiamente no ensino superior ou nem ingressam. Ofertar esse curso técnico proporciona a possibilidade de uma profissão melhor remunerada e reconhecida para esses jovens que precisam ingressar no mercado de trabalho e

traz oportunidades diferentes da realidade que ele teria sem a qualificação.

Portanto, podemos observar que melhorar a vida das pessoas, minimizar a desigualdade social e promover a inclusão dos jovens das escolas públicas através da educação é uma meta do atual governo do estado, que busca dar motivações e incentivos aos jovens para que estes entendam a importância do estudo e que os mesmos se insiram no mercado formal de trabalho, capacitados e qualificados.

2. Modelos de Gestão das Escolas Profissionais Estaduais do Ceará

Este tópico tem o objetivo de abordar sobre os dois modelos utilizados como base de gestão pelas Escolas Estaduais de Educação Profissional implantadas no Ceará, as quais são frutos do incentivo dado pelo Governo Federal através do Programa Brasil Profissionalizante, o qual estimula o desenvolvimento de políticas voltadas à profissionalização de jovens.

O governo juntamente com a Secretaria de Educação- SEDUC, no início de sua gestão, teve um crescente enfoque e preocupação para os assuntos relacionados à educação do Estado.

As escolas profissionais foram implantadas no Estado do Ceará no governo do Cid Gomes, a partir de 2008, como resultados do programa federal Brasil Profissionalizado. As Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, são escolas que funcionam em período integral, segundo Izolda Cela, secretária de educação do Estado do Ceará, “Os alunos permanecem na instituição das 7 às 17 horas e recebem três refeições (almoço e lanches de manhã e de tarde).”, ainda possuindo acesso a todo o material didático e fardamento, obtém a formação regular (ensino médio) juntamente ao ensino técnico, sendo este representado pela oferta de inúmeros cursos.

Para a SEDUC (2008) “a implantação de escolas de educação profissional na rede estadual de ensino representa um novo momento da política educacional do Ceará, pautada na diversificação da oferta de ensino médio e sua articulação com o mundo do trabalho.”

Segundo Cristiane Holanda, assessora institucional da Seduc (2008) “a missão das escolas profissionais do Estado é de integrar a formação escolar de nível médio com uma habilitação profissional técnica e uma vivência de cidadania e de protagonismo juvenil.”

O projeto pedagógico das escolas visa à junção da formação geral, científica e cultural com a formação profissional e cidadã dos alunos.

Para a constituição e implementação das escolas profissionais no Estado do Ceará, segundo Cristiane Holanda (2008), assessora institucional da Seduc, utilizou-se como base para a filosofia de gestão a Tecnologia Empresarial Sócio-Empresarial – TESE e a experiência do Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental- PROCENTRO, sendo este implementado primeiramente no Estado de Pernambuco, o qual ainda utiliza também técnicas e orientações advindas

do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação- ICE, esses dois modelos citados usam uma gestão voltada ao desenvolvimento pessoal e profissional do aluno, através de disciplinas dentro do currículo que visam a discussão e aprimoramento de percepções e desenvolvimento de habilidades e visão sobre o mundo por parte do aluno.

2.1. Tecnologia Empresarial Sócio-Empresarial

A base filosófica da tecnologia empresarial utilizada como uma das bases de gestão e componente curricular dos alunos das escolas estaduais profissionais do Ceará baseia-se no modelo criado pela organização ODEBRECHT S.A., o qual segundo Odebrecht consiste em “um sistema de crenças e valores que visa à construção do futuro, a partir da mobilização das forças do presente.”

Segundo Senna (2009, p.77) “a ODEBRECHT S.A. é uma federação de pequenas empresas que atuam com ‘unidade de pensamento e ação’. Ela está voltada para a manutenção desta sua ‘unidade filosófica’ e para o “direcionamento estratégico” da ORGANIZAÇÃO ODEBRECHT.”

A base da Teoria Empresarial Odebrecht é a consciência de que o ser humano é capaz de desenvolver a si mesmo e de humanizar-se por meio do trabalho.

A motivação e o estímulo devem ser provocados através da autoaprendizagem, através de inúmeras perguntas, pois para Odebrecht perguntar é mais importante que responder, porque promove a reflexão e a busca pela resposta e caminho correto para atingir a resposta. Isso baseia-se no método concebido por Sócrates.

Segundo Chiavenato (1994, p. 47), “motivar significa proporcionar um motivo a uma pessoa, para que ela se comporte de uma determinada forma. Motivar, portanto, significa despertar o interesse e o entusiasmo por alguma coisa”.

Outra ideia norteadora para a organização é a de que “não existem ventos favoráveis, para quem não sabe para onde vai” (Sêneca 54 a.C-39 d.C), pois uma organização, assim como um gestor, bem como um empreendedor deve saber exatamente para onde quer ir, devendo ter planos, metas e objetivos traçados. Utilizando sempre o método planejar, organizar, dirigir e controlar para a verificação e guiamento constante do caminho seguido e a percorrer.

São valorizados também o a riqueza moral mais do que a material; a boa comunicação, onde todos devem falar uma linguagem única e no mesmo sentido, sabendo falar e ouvir; necessita-se de regras e conceitos práticos para orientar a rotina.

Aplicando as diretrizes deste modelo diretamente na escola profissional que também atua como uma organização que envolve pessoas, que se interrelacionam, onde possuem o trabalho dependente (gestor-professor-alunosecretaria), podemos perceber que o foco, segundo vimos, não está na gestão administrativa e nem na pedagógica e sim nos alunos que estão sendo formados como cidadãos e pessoas, bem como nos processos relacionados as relações interpessoais, onde através das aulas, reforça-se a importância do estudo, da participação, da motivação, da formação, da qualificação, de ter planos para o futuro, de preparar para o mercado de trabalho,

isto podendo ser evidenciado pelas disciplinas técnicas e regulares, bem como pelas disciplinas voltadas ao mundo do trabalho, cidadania e a própria disciplina denominada TESE.

Frequentemente são ofertados cursos de capacitação para os professores também, para que estes estejam sempre atualizados e qualificados para exercerem suas atividades. Desta forma, investe-se no presente, nos profissionais que trabalharam nas empresas e atuarão na sociedade no futuro.

2.2. Centros de Ensino Experimental (PROCENTRO)

Os centros de ensino experimental, implantando inicialmente em Pernambuco, são escolas de ensino médio, que foram criadas com a visão de ver, sentir e cuidar da juventude.

Segundo Gebrim (2010) “o PROCENTRO representa um novo modelo de gestão do ensino médio, que forma os jovens não só academicamente, como também para enfrentar o mundo do trabalho e, o que é mais importante, a vida”. Visa além da estrutura física do prédio da escola, a qualidade na educação.

Segundo Magalhães (2009, p.15) “o PROCENTRO é uma ação do governo do estado de Pernambuco para enfrentar os desafios do Ensino Médio”.

O PROCENTRO é um órgão da Secretária de Educação Estadual responsável pelo planejamento e implantação dos Centros, tendo como eixos: “causa” do ensino público gratuito de qualidade; “marca” da coresponsabilidade; “aceite” do desafio de novas institucionalidades.

Segundo Gebrim (2010) “o PROCENTRO representa um novo modelo de gestão do ensino médio, que forma os jovens não só academicamente, como também para enfrentar o mundo do trabalho e, o que é mais importante, a vida”. Sendo, portanto, a gestão comprometida peça indispensável para o êxito educacional.

O PROCENTRO é fruto de uma constatação: a de que o Poder Público, por si só, não possui condições de implementar uma escola pública de qualidade para o Ensino Médio. [...] A constatação dessa situação levou a um compromisso expresso numa nova forma de cooperação entre o poder público e o setor privado. Este acordo foi estabelecido por meio de um Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o governo do estado de Pernambuco, por intermédio da Secretaria de Educação, e o ICE. Em síntese, o Termo de Cooperação prevê:

- A busca de resultados concretos com a implantação e a implementação de uma Rede Regional de Escolas públicas de Ensino Médio de Referência em conteúdo, método e gestão.
- A mobilização de empresas e empreendedores sociais para, juntamente com o governo, fortalecer e dar sustentabilidade ao empreendimento. Desde esse primeiro momento, a Avina tornou-se um dos parceiros co-responsáveis pelo projeto.

- A adoção de critérios próprios para a seleção de gestores das escolas;
- A adoção de critérios de seleção e remoção de professores da rede;
- A avaliação de gestores, professores e alunos;
- A adoção de sistemas de incentivo para os professores, em função dos seus próprios resultados e dos resultados dos alunos;
- A criação de Centros na forma de OS (Organização Social), com participação de municípios, outras organizações sociais e da sociedade civil;
- A co-participação dos municípios;
- A criação de um Conselho Gestor responsável pelo gerenciamento do Centro, bem como previsão de sua composição, responsabilidades e autonomia;
- A criação do PROCENTRO como órgão executor do programa na Secretaria de Educação. (MAGALHÃES, 2009, p.27).

A Odebrecht, além do apoio financeiro também contribui com os processos de implantação da reestruturação da qualidade de ensino.

No currículo além de evidenciar o ensino de qualidade, inseriu-se aspectos pedagógicos e gerenciais, além de uma coparticipação financeira.

Do ponto de vista institucional, o PROCENTRO surge de uma parceria entre o setor público e o setor privado, em regime de colaboração e co-responsabilidade. O setor privado, por meio do ICE, aporta uma filosofia de trabalho, uma proposta pedagógica, uma estratégia gerencial e de recursos para o co-financiamento parcial de cada escola – denominada de Centro de Ensino Experimental. O estado, por sua vez, cria uma instituição, o PROCENTRO, para expandir a proposta e gerenciar as escolas. (MAGALHÃES, 2009, p.19)

Inseriu-se no projeto pedagógico:

1. Educação para Valores EPV, a qual consiste no aprimoramento do educando como pessoa humana, objetivando formar o jovem como fonte de iniciativa (ação), liberdade (opção) e compromisso (responsabilidade) de modo a capacitá-lo para o exercício da autonomia;

2. O Protagonismo Juvenil, visando formar o jovem por meio de práticas e vivências, na escola e na comunidade, que o levem a atuar como parte da solução, e não como parte do problema, pelo exercício sistemático da cidadania ativa, construtiva, criativa e solidária;

3. A Cultura da Trabalhabilidade, visando capacitar o jovem a compreender, inserir-se e atuar no novo mundo do trabalho, elaborando o plano de vida, plano de carreira e programa de ação para seu desenvolvimento acadêmico e profissional;

4. O Empreendedorismo Juvenil, visando desenvolver sua capacidade de autogestão,

co-gestão e heterogestão de seu potencial, na transformação de suas visões em realidade;

5. O Associativismo Juvenil, visando proporcionar o surgimento de múltiplas e variadas formas de auto-organização entre os jovens com finalidades sociais, esportivas, ambientais, entre outros;

6. A Presença Educativa, visando à ampliação e à qualificação das relações entre adultos e jovens na comunidade educativa e fora dela;

7. A Educação Geral e Certificação Profissional, visando ao desenvolvimento de competências para continuar aprendendo, à preparação e à orientação básica para o mundo do trabalho;

8. A Avaliação Sistemática como estratégia para adequar a prática pedagógica às reais necessidades do aluno;

9. Práticas e Vivências que visam desenvolver valores e competências pessoais e sociais necessárias à integração do projeto individual ao projeto da sociedade em que atua.

Buscando assim desenvolver os alunos o máximo possível, não só em conhecimentos ligados à educação escolar padrão, mas para a vida.

Considerações Finais

A expansão da oferta da educação profissional no Estado do Ceará surgiu em consequência dos incentivos dados pelo Programa Brasil Profissionalizado, lançado em 2007. Desde 2008, o Estado passou a oferecer a oposição de ensino nas escolas profissionalizantes, buscando qualificar e capacitar os jovens para a vida e para o mercado de trabalho.

A educação profissionalizante é destinada a preparação para o mercado de trabalho. Portanto, podemos observar que muitas são as áreas as que os cursos técnicos oferecidos pelo governo do Estado do Ceará, tentam atender, gerando assim, um exército profissional para a demanda de mão de obra qualificada.

A oferta do curso depende de qual mão de obra a cidade necessita, pois dessa forma capacita-se mão de obra que as empresas locais precisem tendo disponíveis tanto pessoas qualificadas quanto oferta de emprego.

Apesar da proposta das escolas serem de oferta do curso técnico, elas destinam-se a mais do que isso, pois trabalham incentivando as habilidades e competências dos alunos, bem como os auxilia a desenvolver seu lado crítico, empreendedor, protagonista, ser um ser atuante em sua comunidade e participativo nas questões ligadas a cidadania.

Este artigo teve como tema a apresentação do Programa de Educação Profissional das escolas profissionais do Estado do Ceará, como forma de observar o modelo de oferta do ensino profissionalizante no estado, o qual foi pioneiro, resultante do Programa Brasil Profissionalizado

lançado em 2007. Para tal foram estudados as bases filosóficas de gestão das escolas profissionais, bem como o Projeto das Escolas Profissionais, relacionando com o Programa Brasil Profissionalizado.

Após os incentivos de ajuda financeira oferecidos pelo Governo Federal, através do Programa Brasil Profissionalizado, iniciou-se no Ceará uma política de expansão no ensino profissional estadual para disseminar esta política de educação aos jovens cearenses e auxiliar os empreendedores com oferta de mão de obra qualificada no estado.

Para tal ação fecharam-se parcerias e iniciou um processo de construção e adaptação das escolas para receber o projeto. Como o governo possui em funcionamento, no fim de 2013, noventa e sete escolas, pode identificar a expansão da oferta desta modalidade de ensino. Com o ensino em tempo integral o tempo dedicado ao estudo é maior, conseguindo-se assim, aproveitar com mais eficiência o tempo disponível, pois o aluno utiliza este tempo produtivamente desenvolvendo-se nas mais diferentes disciplinas existentes na escola.

O tempo integral também auxilia no estabelecimento de relações mais próximas entre núcleo gestor-professores-alunos, pois como se passa muito tempo na escola há um maior conhecimento sobre os alunos e os gestores e professores participam mais, através da convivência, fato o qual pode ser percebido como um incentivador no processo, onde o aluno não é somente mais um.

As filosofias utilizadas como base de gestão: a Tecnologia Empresaria Sócio-Empresarial- TESE e a experiência dos Centros de Ensino Experimental - PROCENTRO muito auxiliaram no processo, pois através dos direcionamentos dados pelas mesmas as escolas e os alunos vão se desenvolvendo cada vez mais. Utiliza-se a construção do futuro, através das ações no tempo presente, ensinando além dos conhecimentos técnicos a desenvolver relações com os outros seres humanos, ser um atuante na vida, com projetos, tenda-se de fato sentir e cuidar desta juventude que passa pela escola. Pode-se perceber isto, através do currículo multidisciplinar.

Referências Bibliográficas

Bittencourt, F.M.R. **Elaboração e Análise de Políticas Públicas**. Apostila de Pós-Graduação à Distância-POSEAD-FGF, 2010.

Bolsa família. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>
Acesso em 02 outubro de 2011.

Brasil Profissionalizado: Experiência Ensino Médio. Disponível em:
<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCoQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.esp.ce.gov.br%2Findex.php%3Fopcion%3Dcom_phocadownload%26view%3Dcategory%26download%3D475%3Abrasil-profissionalizado-experincia-do-ensino-mdio-integrado--educaoprofissional%26id%3D61%3Aapresentaesexibidas&ei=PvFXU_DFBbS_sQTejILICQ&usq=AFQjCNGwRVaqVtzN3halvpBtPLEXnXAXaQ&bvm=bv.65177938,d.cWc>
Acesso dia 10 de Maio de 2011.

CARVALHO, A. **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

Caixa Econômica Federal. Disponível em:

<http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/distribuicao_servicos_cidadado/bolsa_familia/index.asp>
Acesso em 02 outubro de 2011.

CHIAVENATO, I., **Iniciação à Administração Geral**. São Paulo: Brasil editora Ltda, Ed.2, 1994.

Cid Gomes Apresenta Experiência Cearense em Educação Profissional. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/3994-cid-gomes-apresenta-experincia-cearense-na-area-da-educacao>>
Acesso 02 março de 2012.

Cidades no Ceará com Escolas Profissionais. Disponíveis em:
<<http://www.ceara.gov.br/component/search /escolas%2Bprofissionais/%252F?ordering=&searchphrase=all>>

Acesso 20 fevereiro de 2012.

Constituição Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso 09 de Maio de 2012.

GEBRIM, A. **Uma lição para RH** : Uma verdadeira revolução educacional no Nordeste mostra como é possível imaginar um país melhor. Revista Melhor, Edição 273,2010.

HOFLING. Disponível em < <http://www.unc.br/mestrado/textos/Bibliografia-2013-Inf-teoria-cap-humano-e-teoria-do-cap-social-nas-pol-educ-bras%20.pdf>> Acesso 15 de maio de 2013.

Lei número 4.024/61. Disponível em:
<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102346> >
Acesso em 01 outubro de 2011.

Lei número 5692/71. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/15692_71.htm> Acesso em 01 outubro de 2011.

Lei número 9394/96. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em 01 outubro de 2011.

MAGALHÃES, M. **A Juventude Brasileira Ganha Uma Nova Escola De Ensino Médio**: Pernambuco Cria, Experimenta e Aprova. São Paulo: Albatroz: Loqüi, 2008.

MOURA, D.H. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio: **Documento Base** , 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf> Acesso em 05 de Janeiro de 2011.

ODEBRECHT, N. **Origens da Tecnologia Empresarial Odebrecht - T.E.O.** OFFE; LENHARDT. **Cadernos do Centro de Estudos Educação e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1984.

SENNA, F. S. **Tecnologia Empresarial Odebrecht - T.E.O.**, 2009.